

REIVINDICAÇÕES

O GLOBO ONLINE

Participantes de seminário criticam omissão do Congresso a segmento LGBT

Publicada em 14/05/2009 às 16h54m

O Globo; Agência Câmara

DÊ SEU VOTO

MÉDIA:
5,0

Comentários



BRASÍLIA - A vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), advogada Maria Berenice Dias, cobrou nesta quinta-feira durante o Seminário LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), realizado na Câmara, a aprovação de leis que atendam às reivindicações dessa parcela da população. Ela lembra que, desde 1995, tramitam projetos de lei na Câmara para reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo ou para permitir que a pessoa transexual mude de nome, mas que nada foi aprovado ainda. ([Blog do Noblat: Deputado Paes de Lira é vaiado em encontro LGBT](#))

- O país não tem uma única norma jurídica que atenda os homossexuais, as lésbicas, os transgêneros. Não existe forma pior de discriminar alguém do que a invisibilidade - disse.

Na opinião da advogada, sempre que o Parlamento se omite, acaba perdendo o poder e o caminho acaba sendo feito pelo Judiciário.

- Todos esses avanços no âmbito de Justiça, porém, são vagarosos e batem muitas vezes na dificuldade de o juiz dar um passo além. O que precisa mesmo é de lei - disse ela.

O representante da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB/RJ), Roberto Gonçalves, também criticou a falta de avanços do tema LGBT no Congresso.

- Esta Casa está em dicotomia com o resto do país. Várias empresas já reconhecem o relacionamento homoafetivo. O Judiciário, que é o poder conservador, já tem entendimentos quase pré-simulados - disse Gonçalves.

A deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), que presidiu a maior parte do seminário, discordou das declarações sobre a omissão do Congresso. Já deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que a discussão relacionada aos direitos de orientação sexual sempre constou da pauta do Parlamento, inclusive durante a Constituinte. Em sua opinião, no entanto, um dos obstáculos a vencer é justamente não impedir o debate.

- Não estamos discutindo aqui uma formalidade ou uma convenção da sociedade humana, mas o conceito de direito civil universal. Estamos discutindo o conceito de gente - afirmou

No âmbito do Poder Executivo, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lança nesta quinta-feira o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O documento contém 50 diretrizes e ações a serem implementadas pelo poder público para garantir igualdade de direitos e exercício pleno da cidadania do segmento LGBT.

Suplente de Clodovil diz que leis pró-LGBT são segregacionistas



Segundo o [Blog do Noblat](#), o seminário transcorria tranquilamente até que o deputado Paes de Lira (PTC-SP), coronel da Polícia Militar linha dura que assumiu o mandato após a morte de Clodovil Hernandes, pediu a palavra para dizer que leis que tratem da questão LGBT são "segregacionistas". Acabou sendo vaiado pelo público diretamente interessado no seminário, que lotava o plenário 3 do Anexo 2 da Câmara. E ouviu a promessa: ele vai liderar a lista de políticos homofóbicos em São Paulo nas eleições de 2010. O coronel ainda agradeceu, sorridente, a notícia de que vai liderar a lista "com orgulho", segundo ele.

Não existe forma pior de discriminar alguém do que a invisibilidade

Esta Casa está em dicotomia com o resto do país. Várias empresas já reconhecem o relacionamento homoafetivo
